

Participação dos companheiros da Codesa no debate da MP 595



Companheiros da Codesa participaram atentamente dos debates conduzidos pelo assessor jurídico do Suport-ES, André Moreira (abaixo, à esquerda), pelo presidente do Suport-ES, Ernani Pereira Pinto, pelo presidente da Codesa, Clovis Lascosque, pelo presidente da Aenportes, Marcus Breciani, e pelo diretor da Codesa Hugo Amboss

Os companheiros da Codesa participaram nesta segunda-feira, dia 04, de um debate sobre a Medida Provisória 595, promovido pelo Suport-ES e pela Associação de Engenheiros e Técnicos dos Portos do Espírito Santo (Aenportes), que aconteceu no auditório da companhia docas.

O nosso presidente Ernani Pereira Pinto, abriu os trabalhos fazendo um retrospecto do que os portuários já sofreram com as medidas de governos que permitiram a privatização e consequente precarização do trabalho em vários terminais. “Queremos, novamente, agora com a MP 595, impedir a privatização das companhias docas. Não adianta haver desenvolvimento se o desenvolvimento não chega até as pessoas. Temos que nos mobilizar para a nossa prioridade, que é manter nosso mercado de trabalho”, alertou Ernani.

Marcus Breciani, presidente da Aenportes, questionou as consequências que a MP pode gerar. “Vamos ficar sem empregos. Não estou sendo cético ou pessimista. Pode vir muita coisa ruim por aí. Temos que abrir o olho. O porto público tem oportunidade para muitos. Já o porto privado é para poucos. Com essa MP não somos autoridade de nada, pois temos que pedir autorização para tudo.”, disse Breciani, preocupado com a concentração de poder nas mãos da Antaq, como está previsto na MP 595.



O diretor da Codesa Hugo Amboss também relatou preocupação com a MP e citou a questão da competitividade. “Nosso custeio nasce dentro do porto. Não vem nada da União. Que condições teremos de competir com terminais fora da área do porto? Hoje não temos como fazer isso.” O presidente da Codesa, Clovis Lascosque, disse que a MP não traz segurança aos avulsos nos terminais privados, mas ainda acredita no que a presidente Dilma Rousseff vem declarando à imprensa. “Acredito no que a Dilma disse, de que os trabalhadores não vão ser afetados”. O nosso advogado André Moreira mostrou a diferença detalhada entre a Lei dos Portos 8.630/93 e a MP 595. “Questionamos a constitucionalidade dessa medida provisória, pois não há nada que caracterize urgência que é requisito para a proposição de uma MP. São muitos pontos contraditórios”, avaliou.

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.

O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.

Acesse nosso site: www.suport-es.org.br